



**PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE  
CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS**

## Índice

1. ENQUADRAMENTO.....	3
2. CARATERIZAÇÃO DO GRUPO EDA E PRINCÍPIOS ÉTICOS .....	3
2.1 A EDA .....	4
2.1.1 Missão.....	5
2.1.2 Princípios .....	6
2.1.3 Organograma .....	7
2.2 Participadas do Grupo EDA.....	10
2.3 Enquadramento Regulatório.....	12
2.4 Compromisso Ético .....	12
3. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS E MECANISMOS DE PREVENÇÃO E CONTROLO .....	13
3.1 Áreas de risco da organização e metodologia de avaliação de riscos .....	13
3.2 Sistemas e Procedimentos de Controlo Interno.....	15
3.3 Segurança dos Ativos da Organização.....	16
3.4 Regras Sobre Segregação de Funções.....	16
3.5 Riscos Operacionais .....	16
3.6 Contratação de Empreitadas Bens e Serviços .....	16
3.7 Controlo da Informação Contabilística .....	16
3.8 Sistemas Informáticos .....	17
3.9 Auditoria e Controlo Interno.....	17
4. APLICAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS (PPRCIC) E SUA MONITORIZAÇÃO E REVISÃO.....	17
4.1 Aplicação do PPRCIC .....	17
4.2 Monitorização .....	18
4.3 Revisão .....	18
ANEXO I – RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS.....	19
ANEXO II – CÓDIGO DE ÉTICA DO GRUPO EDA .....	43

## **1. ENQUADRAMENTO**

Adotada a “Convenção contra a Corrupção”, em 31-10-2003, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, foi a mesma aprovada pela Resolução n.º 47/2007, de 21 de setembro, da Assembleia da República e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 97/2007, de 21 de setembro.

Com o objetivo de desenvolver uma atividade de âmbito nacional, no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas, foi criado, pela Lei nº 54/2008, de 4 de setembro, o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), com estatuto de Entidade Administrativa Independente, a funcionar junto do Tribunal de Contas.

O Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2018 (Decreto Legislativo Regional nº 1/2018/A, de 3 de janeiro), consigna a obrigação do Governo Regional dar cumprimento à Recomendação nº 1/2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção, no que diz respeito, entre outros, ao setor público empresarial regional, no qual se insere o Grupo EDA.

Com vista a melhorar as inconsistências dos controlos internos existentes e tendo em referência a Recomendação nº 3/2015, do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho, os Órgãos de Gestão das empresas do Grupo EDA aprovaram o atual “Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”.

Este plano tem como objetivo a identificação das principais áreas que, potencialmente, poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como dos principais riscos e correspondentes controlos instituídos pelas empresas do grupo EDA, visando a sua mitigação.

## **2. CARATERIZAÇÃO DO GRUPO EDA E PRINCÍPIOS ÉTICOS**

O Grupo EDA tem procurado acompanhar o correr dos tempos, dando suporte na gestão empresarial e fornecido as orientações estratégicas consideradas mais adequadas a cada empresa ou entidade nele integrada, melhorando, através da complementaridade, a eficácia e eficiência da gestão de cada empresa do grupo, assegurando por esta via o cumprimento das respetivas obrigações e a melhoria da qualidade dos fornecimentos e serviços prestados, indo ao encontro das expectativas daqueles para quem desenvolve a sua atividade.

O Grupo posiciona-se no mercado com eficácia e qualidade para servir os seus clientes. Investe nas energias renováveis, contribuindo para a salvaguarda do património ambiental e para o reforço da independência energética dos Açores. Aposta em áreas estratégicas como são as telecomunicações, as tecnologias de informação, os serviços especializados de engenharia e de fiscalização e a manutenção elétrica e mecânica.

Assume papel fundamental no processo de desenvolvimento dos Açores.



## 2.1 A EDA

A EDA - Electricidade dos Açores, S. A. é uma sociedade anónima, criada em 1981, responsável pela produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica nos Açores, assumindo um papel fundamental no processo de desenvolvimento da Região.

O objeto principal da sociedade é a produção, a aquisição, o transporte, a distribuição e a venda de energia elétrica, bem como a prestação de outros serviços acessórios, complementares ou conexos àquelas atividades. A sociedade pode ainda desenvolver as seguintes atividades: a) Execução, manutenção e reparação de instalações e equipamentos elétricos; b) Comércio a retalho de equipamentos e materiais elétricos; c) Arrendamento de bens imóveis da Sociedade; d) Prestação de serviços administrativos e de apoio às empresas.

A missão da EDA passa ainda pelo posicionamento no sector da eletricidade com eficácia e qualidade para servir os seus clientes. Para assegurar um contacto privilegiado, a EDA possui um conjunto diversificado de funcionalidades comerciais, tendo desenvolvido um Sistema de Gestão da Qualidade, nas suas áreas operacionais.

Assumindo a sustentabilidade como um valor, a EDA, através da EDA Renováveis, maximiza a exploração de recursos endógenos, assim minimizando a dependência energética dos combustíveis fósseis e contribuindo para a preservação do património ambiental dos Açores.

A EDA elegeu ainda, como áreas estratégicas, as telecomunicações e a manutenção elétrica e mecânica, tendo criado a GLOBALEDA e a SEGMA, empresas a que se juntou, posteriormente, a NORMA AÇORES.

O Grupo EDA está assim, progressivamente, a afirmar-se como um grupo de excelência e de referência, tendo condições e potencialidades humanas e técnicas suficientes para crescer e reforçar esta imagem para além do seu espaço natural que são as ilhas dos Açores.

Possui a seguinte estrutura acionista R.A.A.: 50,1% / ESA: 39,7% / EDP: 10,0% / Outros: 0,2%.

### **2.1.1 Missão**

Estamos na eletricidade com eficácia e qualidade para servir os nossos clientes. Assumimos papel fundamental no processo de desenvolvimento dos Açores, com salvaguarda do património ambiental e cultural.

### 2.1.2 Princípios

A EDA, no exercício da sua atividade, rege-se por um conjunto de valores e princípios, que tem como objetivos preservar a imagem da empresa, fortalecer as relações internas e estabelecer regras que ajudem a gerir conflitos de interesse.

Princípios de conduta da EDA para com os clientes:

- Eficiência: racionalizar para rentabilizar
- Dever de Informação: cliente informado é cliente fidelizado

Princípios de conduta da EDA para com os fornecedores:

- Imparcialidade: todos os fornecedores têm as mesmas oportunidades
- Objetividade: a clareza na contratação transmite rigor e garante qualidade

Princípios de conduta da EDA para com a comunidade:

- Salvaguarda do Património: a EDA é parte integrante da comunidade e respeita os seus valores
- Desenvolvimento Integrado: é nosso dever contribuir para o crescimento sustentado dos Açores

Princípios de conduta da EDA para com as entidades reguladoras:

- Colaboração: a EDA é transparente em todas as suas relações

Princípios de conduta dos colaboradores para com os clientes:

- Diligência Profissional
- Eficácia

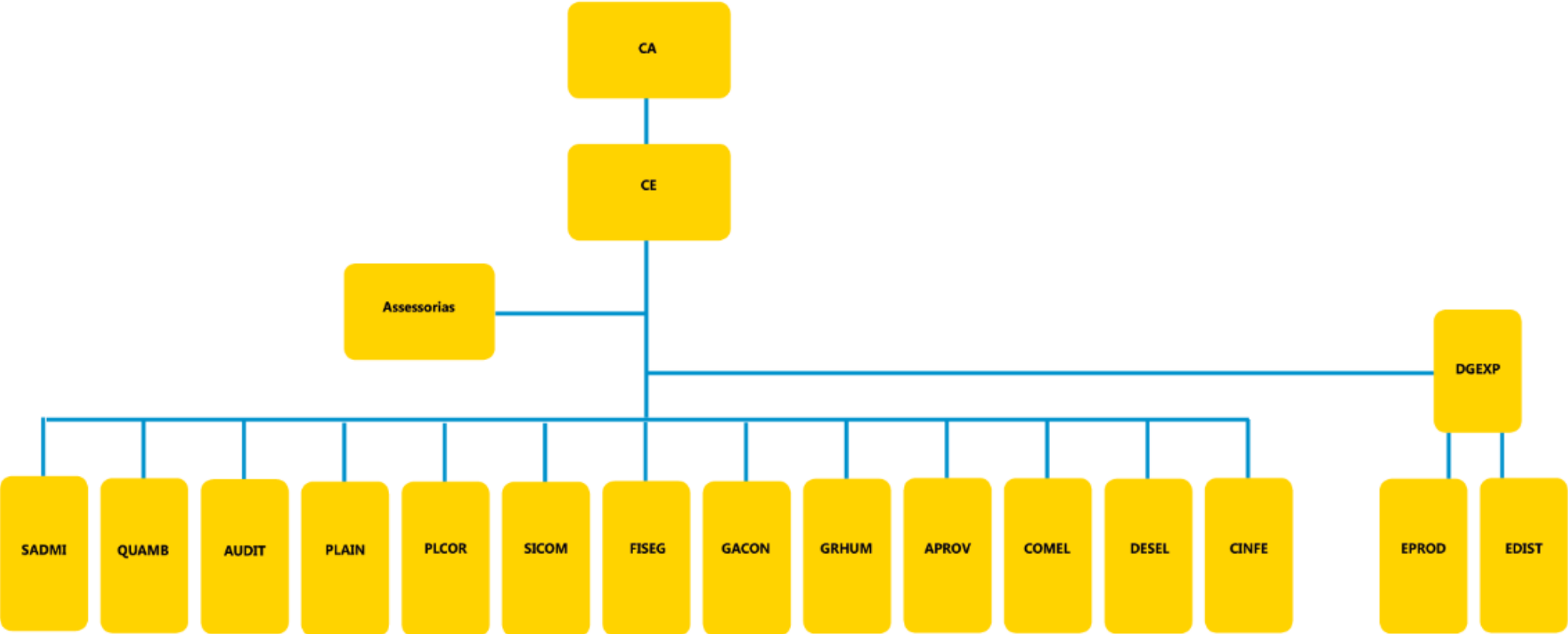
Princípios de conduta dos colaboradores para com os fornecedores:

- Sriedade Negocial
- Integridade

Princípios de conduta dos colaboradores para com a comunidade:

- Urbanidade
- Cooperação

2.1.3 Organograma



## **Estrutura Orgânica da EDA**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA)

COMISSÃO EXECUTIVA (CE)

DIREÇÃO SECRETARIADO DA ADMINISTRAÇÃO (SADMI)

COMUNICAÇÃO (COMUN)

GABINETE JURÍDICO, REGISTOS E ARQUIVO (GJURA)

DIREÇÃO QUALIDADE E AMBIENTE (QUAMB)

AMBIENTE (AMBIT)

QUALIDADE (QUALI)

DIREÇÃO AUDITORIA INTERNA (AUDIT)

DIREÇÃO PLANEAMENTO E ANÁLISE DE INVESTIMENTOS (PLAIN)

DIREÇÃO PLANEAMENTO, CONTROLO DE GESTÃO E REGULAÇÃO (PLCOR)

PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO (PLCGE)

REGULAÇÃO (REGUL)

DIREÇÃO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (SICOM)

SISTEMAS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES (SITIC)

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS (ORMET)

DIREÇÃO FINANÇAS E SEGUROS (FISEG)

TESOURARIA (TESOU)

GESTÃO FINANCEIRA E SEGUROS (GFINS)

DIREÇÃO GESTÃO ADMINISTRATIVA E CONTABILIDADE (GACON)

CONTABILIDADE (CONTA)

UNIDADE DE TRATAMENTO DE EXPEDIENTE (UNTEX)

DIREÇÃO GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (GRHUM)

DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (DESRH)

OPERAÇÕES DO TRABALHO (OTRAB)

MEDICINA TRABALHO E ASSUNTOS SOCIAIS (MTASO)

PREVENÇÃO E SEGURANÇA (PRSEG)

DIREÇÃO APROVISIONAMENTOS (APROV)

GESTÃO DE PRODUTOS DE REDES (GPRED)

GESTÃO DE PRODUTOS CENTRAIS (GPCEN)

LOGÍSTICA E ARMAZÉNS (LOGAR)

DIREÇÃO COMERCIAL (COMEL)

SISTEMAS DE GESTÃO E CONTROLO COMERCIAL (SGECM)

GESTÃO DO CICLO COMERCIAL (CLCOM)

ATENDIMENTO E OPERAÇÕES COM CLIENTES (ATOPC)

TÉCNICO-COMERCIAL (TECOM)



**DIREÇÃO GERAL DE EXPLORAÇÃO (DGEXP)**

GABINETE ENGENHARIA E PLANEAMENTO (ENGEP)

**DIREÇÃO EXPLORAÇÃO DA PRODUÇÃO (EPROD)**

PLANEAMENTO E GESTÃO (PLAGE)  
CONDUÇÃO DA PRODUÇÃO (CPROD)  
CONDUÇÃO DE CENTRAIS SANTA MARIA (CCSMA)  
CONDUÇÃO DE CENTRAIS SÃO MIGUEL (CCSMG)  
CONDUÇÃO DE CENTRAIS TERCEIRA (CCTER)  
CONDUÇÃO DE CENTRAIS GRACIOSA (CCGRA)  
CONDUÇÃO DE CENTRAIS SÃO JORGE (CCSJO)  
CONDUÇÃO DE CENTRAIS PICO (CCPIC)  
CONDUÇÃO DE CENTRAIS FAIAL (CCFAI)  
CONDUÇÃO DE CENTRAIS FLORES CORVO (CCFLC)  
MANUTENÇÃO DA PRODUÇÃO (MPROD)  
MANUTENÇÃO SÃO MIGUEL (MASMG)  
MANUTENÇÃO TERCEIRA (MATER)

**DIREÇÃO EXPLORAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO (EDIST)**

MANUTENÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO (MDIST)  
CONDUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO (CDIST)  
DISTRIBUIÇÃO SANTA MARIA (DISMA)  
DISTRIBUIÇÃO SÃO MIGUEL (DISMG)  
DISTRIBUIÇÃO TERCEIRA (DITER)  
DISTRIBUIÇÃO GRACIOSA (DIGRA)  
DISTRIBUIÇÃO SÃO JORGE (DISJO)  
DISTRIBUIÇÃO PICO (DIPIC)  
DISTRIBUIÇÃO FAIAL (DIFAI)  
DISTRIBUIÇÃO FLORES CORVO (DIFLC)  
ANÁLISE DE PROJECTO E VIABILIDADES (PVIAB)

**DIREÇÃO DESPACHO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS (DESEL)**

SISTEMAS DE OPERAÇÃO E QUALIDADE DE SERVIÇO (SOQUA)  
SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE APOIO À OPERAÇÃO (STAPO)  
DESPACHO CENTRAL (DECEN)  
DESPACHO SÃO MIGUEL (DESMG)  
DESPACHO TERCEIRA (DETER)

**DIREÇÃO CONSTRUÇÃO INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS (CINFE)**

CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REDES (CERED)  
GESTÃO DE OBRAS DE REDES (GEOBR)  
ESTUDOS E PROJETOS (ESPRO)  
CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE E SUBESTAÇÕES (CETSU)  
CONSTRUÇÃO EQUIPAMENTOS DE PRODUÇÃO (CEPRO)

## **2.2 Participadas do Grupo EDA**

O Grupo EDA exerce o controlo sobre as atividades financeiras e operacionais das seguintes empresas:

### **EDA Renováveis, S. A.**

Sociedade Anónima, criada em 1990. Exerce a sua atividade nas áreas do aproveitamento de recursos renováveis, designadamente de recursos hídricos, eólicos, geotérmicos, solares, resíduos e outros para a produção de eletricidade ou outros fins.

Possui a seguinte estrutura acionista: EDA: 99,68% / SEGMA: 0,32%.

### **SEGMA, Lda.**

Sociedade por quotas criada em 1998. Exerce a sua atividade nas áreas da conceção e elaboração de projetos, fiscalização e consultadoria de engenharia, serviços técnicos da área elétrica, mecânica e eletromecânica, gestão e manutenção de instalações industriais e serviços, o comércio por grosso de máquinas e equipamentos, bem como atividades complementares relacionadas com aquelas.

Possui a seguinte estrutura acionista/Sócios: EDA: 90% / EDA Renováveis: 10%.

### **GLOBALEDA, S. A.**

Sociedade Anónima, criada em 1997. Exerce a sua atividade na área da engenharia dos sistemas de informação e das telecomunicações.

Tem como objeto social a conceção, estudo e acompanhamento de projetos nas áreas de telecomunicações e sistemas de informação e a indústria e comércio de bens e tecnologias militares.

Aposta na inovação, implementa as melhores práticas e desenvolve um conhecimento, comprovadamente sustentado, nas vertentes de comercialização, projeto,

fornecimento, instalação, operação e manutenção nas áreas dos sistemas de informação e das telecomunicações.

Possui um estreito relacionamento com entidades do sistema científico e tecnológico e promove iniciativas públicas onde partilha experiências, competências e informações, juntamente com empresas mundiais de topo no âmbito das TIC.

Está focada nos resultados dos seus projetos tecnológicos e na melhoria contínua dos processos, maximizando a eficiência e satisfação do cliente, respeitando o meio ambiente e contribuindo ativamente para o bem-estar das comunidades que serve e integra.

Possui a seguinte estrutura acionista: EDA: 74,9% / Novabase Business Solutions, S.A.: 25,1%.

#### **NORMA Açores, S. A.**

Sociedade anónima, criada em 1985.

Exerce a sua atividade no planeamento, na consultoria, na assessoria e na prestação de serviços nas seguintes áreas: a) Estudos e projetos de arquitetura e engenharia; b) Planeamento, gestão e fiscalização de projetos e obras; c) Estudos de impacte ambiental, auditorias e diagnósticos ambientais, acompanhamento ambiental de obras; d) Gestão de resíduos; e) Apoio à gestão empresarial; f) Formação profissional; g) Estudos económico-financeiros; h) Estudos de mercado e sondagens de opinião; i) Segurança, higiene e saúde no trabalho; j) Apoio e/ou execução de inspeções e ensaios.

Possui a seguinte estrutura acionista: EDA: 62,63% / OC, Organização de Consultores, SGPS, S.A.: 25,5% / Açoreana de Seguros: 5% / Outros: 6,875%.

#### **Fundação Engenheiro José Cordeiro**

Instituição de Direito Privado, constituída em 1990.

Tem como objeto social contribuir para a promoção da ciência e da cultura científica na Região Autónoma dos Açores.

O capital da Fundação é detido pela EDA, EDA Renováveis, Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, Eurosigno Publicações Lda. e vários descendentes do Engenheiro José Cordeiro.

### **2.3 Enquadramento Regulatório**

O setor elétrico dos Açores é supervisionado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

A EDA é submetida com regularidade a auditorias internas e externas, para avaliação do cumprimento de todas as suas obrigações no âmbito da Produção, Transporte e Distribuição de Energia Elétrica na R.A.A., e de um modo especial no cumprimento das obrigações da qualidade técnica (qualidade e continuidade do fornecimento de energia elétrica) e qualidade comercial de serviço na Região Autónoma dos Açores.

A ERSE analisa e acompanha com regularidade a atividade da EDA, através dos vários relatórios que produz, que informam sobre o cumprimento dos requisitos exigidos nos documentos reguladores do setor.

### **2.4 Compromisso Ético**

O Grupo EDA possui o código de ética constante do Anexo II, que para além de ser um quadro de referência, que ajuda a clarificar as expectativas da organização em relação aos colaboradores, contém os princípios éticos pelos quais os seus responsáveis e colaboradores se regem entre si e na relação com as diversas entidades, no desempenho das suas funções e atividades.

### 3. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS E MECANISMOS DE PREVENÇÃO E CONTROLO

Como medida estruturante para a prevenção da corrupção e infrações conexas, procedeu-se ao levantamento das áreas da organização que, pelas funções que lhe estão acometidas e pela natureza dos processos que gerem, estão mais expostas a esses riscos:

#### 3.1 Áreas de risco da organização e metodologia de avaliação de riscos

Área de Risco	Unidade Orgânica
Aquisição de Bens e Serviços	Aprovisionamentos Gestão Administrativa e Contabilidade
Contratação Pública de Empreitadas	Construção de Infraestruturas e Equipamentos
Faturação de Energia e Outros Serviços	Comercial Finanças e Seguros
Gestão Administrativa	Secretariado da Administração Gestão Administrativa
Gestão Financeira	Finanças e Seguros Gestão Administrativa Planeamento, Controlo de Gestão e Regulação
Recursos Humanos	Gestão de Recursos Humanos Finanças e Seguros
Sistemas de Informação	Sistemas de Informação e Comunicações Finanças e Seguros Comercial

### **Metodologia de avaliação de riscos de corrupção e infrações conexas:**

Depois de identificados e caracterizados, por unidade orgânica, os riscos de corrupção e de infrações conexas, foram classificados em conformidade com uma escala de risco quanto ao impacto previsível (Alto, Médio e Baixo) e em função da probabilidade de ocorrência (Alta, Média e Baixa).

Estes dois fatores, probabilidade de ocorrência e impacto estimado das infrações, são determinadas conforme a avaliação que é feita de cada situação.

Probabilidade de ocorrência:

- . Alta: O risco decorre de processos correntes e frequentes na organização;
- . Média: O risco está associado a procedimentos esporádicos, que se admite venham a ocorrer ao longo do ano;
- . Baixa: O risco decorre de processos que apenas ocorrerão em circunstâncias excepcionais.

Impacto Previsível:

- . Alto: Prejuízos financeiros significativos para a organização e violação grave dos princípios associados ao interesse público, prejudicando a credibilidade da organização e dos acionistas;
- . Médio: A situação de risco pode comportar prejuízos financeiros para a organização e perturbar o seu normal funcionamento;
- . Baixo: A situação de risco a avaliar, não tem potencial para provocar prejuízos financeiros à organização, não sendo as infrações suscetíveis de ser praticadas, nem de serem causadoras de danos relevantes na imagem e na operacionalidade da organização.

Da avaliação simultânea destas variáveis, resulta o nível de risco, que é considerado elevado, moderado ou fraco, de acordo com a ponderação que em cada caso é feita envolvendo a probabilidade da ocorrência e o impacto previsível, obtendo-se as classes de risco de acordo com a seguinte tabela:

Nível de Risco		Probabilidade da Ocorrência		
		Baixa	Média	Alta
Impacto Previsível	Alto	Moderado	Elevado	Elevado
	Médio	Fraco	Moderado	Elevado
	Baixo	Fraco	Fraco	Moderado

### 3.2 Sistemas e Procedimentos de Controlo Interno

O Controlo Interno do Grupo EDA, engloba a definição da sua estrutura organizativa, dos circuitos e procedimentos estabelecidos para o desenvolvimento e desempenho das competências atribuídas a cada uma das respetivas áreas operacionais, funcionais e de negócio.

A conceção, implementação e atualização dos processos e procedimentos do Sistema de Controlo Interno, bem como a verificação do seu efetivo funcionamento e eficácia, são da responsabilidade de todos os colaboradores designados e dos responsáveis pelos departamentos e direções e restantes estruturas orgânicas da organização. Os Órgãos de Gestão, definem e aprovam as políticas setoriais, orientam e aprovam as decisões no âmbito dos processos e procedimentos das atividades a desempenhar e as decisões estratégicas da organização.

O Sistema de Controlo Interno possui como objetivos principais a minimização dos riscos de ocorrência de inconformidades, fraudes, irregularidades ou erros e a salvaguarda dos ativos da organização e do cumprimento da legalidade em todos os atos de gestão e desempenho de funções nas atividades desempenhadas.

Os Órgãos de Gestão são responsáveis por efetuar uma supervisão permanente e uma avaliação do Sistema de Controlo Interno implementado.

O sistema de Controlo Interno inclui vários meios de controlo preventivo e de controlo diário.

### **3.3 Segurança dos Ativos da Organização**

Os ativos de imobilizado da organização, estão devidamente inventariados e valorizados, com os respetivos custos contabilísticos alocados aos centros de custo a que pertencem.

Os ativos e os riscos inerentes às respetivas atividades estão adequadamente cobertos por apólices de seguro.

### **3.4 Regras Sobre Segregação de Funções**

No desempenho das atividades e competências, existe a regra da segregação de funções, de modo a permitir a envolvimento de diferentes intervenientes nas decisões com risco de fraudes e outros procedimentos ilícitos.

### **3.5 Riscos Operacionais**

A gestão dos riscos operacionais é assegurada por um conjunto de processos e procedimentos operacionais, suportados na prévia identificação dos perigos prováveis, priorizando as intervenções com base na avaliação dos respetivos riscos operacionais, de modo a eliminar ou mitigar os riscos identificados e garantir a segurança e operacionalidade das infraestruturas e o desempenho das atividades.

### **3.6 Contratação de Empreitadas Bens e Serviços**

Os procedimentos e controlos internos implementados cumprem os requisitos regulamentares e legais aplicáveis em vigor, designadamente o previsto no Código dos contratos Públicos.

### **3.7 Controlo da Informação Contabilística**

O controlo da informação contabilística é assegurado em primeiro lugar pelo próprio sistema informático, que respeita todos os requisitos legais obrigatórios. A estrutura organizativa está dotada com as competências necessárias e legalmente exigidas. Os



processos e os procedimentos internos são adequados ao respetivo controlo interno. Os registos contabilísticos são maioritariamente efetuados de modo automático.

A organização tem vindo a mitigar os riscos de inconformidade, sempre que as deteta ou toma conhecimento, na sequência das frequentes avaliações realizadas por auditores externos independentes.

### **3.8 Sistemas Informáticos**

Os sistemas informáticos da organização estão devidamente licenciados e documentados de forma a possibilitar a sua utilização eficaz e eficiente.

Os programas e aplicações dos sistemas informáticos da organização, possuem os requisitos regulamentares de segurança e permitem ser auditáveis.

Existem procedimentos internos que asseguram o correto controlo interno das acessibilidades, a segurança da informação e a proteção de dados.

### **3.9 Auditoria e Controlo Interno**

A Auditoria Interna assegura a verificação da conformidade dos processos e procedimentos na gestão Administrativa, Financeira, Operacional e Comercial da Organização.

## **4. APLICAÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS (PPRCIC) E SUA MONITORIZAÇÃO E REVISÃO**

### **4.1 Aplicação do PPRCIC**

O PPRCIC da organização é um instrumento de gestão dinâmico, que requer a envolvimento de todas as estruturas identificadas, está sujeito a avaliações contínuas e consequentes atualizações, revisões e ajustamentos decorrentes das alterações aos diplomas legais aplicáveis e da evolução da estrutural organizacional das empresas do Grupo EDA.

O presente plano pretende reforçar o Sistema de Controlo Interno já existente e pretende-se que constitua um instrumento de monitorização da implementação de

oportunidades de melhoria, em especial em áreas onde a ocorrência de riscos elevados é frequente.

Cada Unidade Orgânica deve garantir a implementação e funcionamento do sistema de controlo interno apontado na tabela de riscos constante do Anexo I.

#### **4.2 Monitorização**

Para o devido efeito, com a periodicidade anual, será avaliado:

- a) O grau de implementação das medidas acima descritas;
- b) Identificação de novos riscos detetados no decorrer no ano transato, bem como a respetiva medida de mitigação a aplicar.

Os Órgãos de Fiscalização monitorizam a aplicação deste PPRCIC.

#### **4.3 Revisão**

O presente plano deve ser revisto com a periodicidade quadrienal.

## ANEXO I – RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Riscos Associados	Nível de Risco	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	Gestão de processos de aquisição de bens e serviços e controlo de qualidade dos serviços prestados	Favorecimento de fornecedores de bens e/ou serviços com o objetivo de retirar benefícios próprios ou para terceiros	Fraco	Código de Conduta  Regulamentos de Execução Orçamental, de Delegação de Competências e de Procedimentos para Aquisição de Bens, Serviços e Empreitadas
		Divulgação de informação confidencial	Fraco	Intervenção de diversos colaboradores no processo de aquisição de bens ou serviços
		Aquisição ou desvio de bens para proveito próprio ou de terceiros	Fraco	Vários níveis de autorização de realização de despesa  Necessidade de fundamentação para a abertura de processos de aquisição  Atualização regular da base de fornecedores  Utilização de plataforma própria de aquisições  Controlo de qualidade dos serviços prestados por vários colaboradores

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Riscos Associados	Nível de Risco	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	Aquisições com carácter normal	<p>Incumprimento dos procedimentos (pedido ou requisição, consulta, encomenda, recepção e validação nas diversas fases)</p> <p>Violação das regras de autorização de despesa e dos princípios gerais da contratação</p> <p>Corrupção passiva para acto ilícito</p> <p>Participação económica em negócio</p>	Fraco	<p>Código de Conduta</p> <p>Regulamentos de Execução Orçamental, de Delegação de Competências e de Procedimentos para Aquisição de Bens, Serviços e Empreitadas</p> <p>Procedimentos de controlo interno</p> <p>Revisão das regras internas, visando o reforço das medidas de prevenção da corrupção e infracções conexas</p>
<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	Aquisições com carácter de urgência	<p>Supressão dos procedimentos necessários</p> <p>Recurso sistemático ao mesmo fornecedor</p> <p>Fracionamento da despesa</p> <p>Tráfico de influência</p> <p>Participação económica em negócio</p>	Fraco	<p>Código de Conduta</p> <p>Regulamentos de Execução Orçamental, de Delegação de Competências e de Procedimentos para Aquisição de Bens, Serviços e Empreitadas</p> <p>Planeamento atempado das actividades; Informação e sensibilização dos colaboradores</p> <p>Formação na área do planeamento</p> <p>Melhoria do processo de gestão de <i>stocks</i></p> <p>Procedimentos de controlo interno</p>

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Risco de corrupção ou infração conexa	Nível de Risco	Procedimento a adotar que previna a sua ocorrência
<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	Verificação de conformidade dos fornecimentos de bens e serviços aquando da sua recepção	<p>Desvio de quantidades e/ou da qualidade dos bens e serviços contratados</p> <p>Retenção de material por colaborador</p> <p>Abuso de poder</p> <p>Tráfico de influência</p>	Fraco	<p>Código de Conduta</p> <p>Regulamentos de Execução Orçamental, de Delegação de Competências e de Procedimentos para Aquisição de Bens, Serviços e Empreitadas</p> <p>Informação e sensibilização dos colaboradores</p> <p>Procedimentos de controlo interno, nomeadamente acções de fiscalização periódicas</p> <p>Revisão das regras internas, visando o reforço das medidas de prevenção da corrupção e infracções conexas</p>

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Risco de corrupção ou infração conexa	Nível de Risco	Procedimento a adotar que previna a sua ocorrência
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	Renovação de contratos	<p>Falha do sistema de alerta do termo dos contratos, provocando a sua renovação automática sem avaliação da necessidade</p> <p>Favorecimento de fornecedor</p> <p>Participação económica em negócio</p>	Fraco	<p>Código de Conduta</p> <p>Regulamentos de Execução Orçamental, de Delegação de Competências e de Procedimentos para Aquisição de Bens, Serviços e Empreitadas</p> <p>Software para a gestão dos contratos</p> <p>Elaboração de listagem trimestral mensal dos contratos susceptíveis de renovação, para que a avaliação dos mesmos seja feita com a antecedência mínima de 60 dias em relação à data da denúncia</p> <p>Criação de um sistema de alerta informático</p>

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Risco de corrupção ou infração conexa	Nível de Risco	Procedimento a adotar que previna a sua ocorrência
<b>Contratação Pública</b>	Procedimento público de aquisição de bens, serviços e empreitadas de construção por concurso	Passagem de informação privilegiada Violação de segredo por colaborador Conluio entre adjudicatário e colaborador Intervenção em processo em situação de impedimento Tráfico de influência Participação económica em negócio	Fraco	Código de Conduta Regulamentos de Execução Orçamental, de Delegação de Competências e de Procedimentos para Aquisição de Bens, Serviços e Empreitadas Procedimentos de controlo interno e externo Ampla divulgação do regime de impedimentos Subscrição de declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos ou escusa
<b>Contratação Pública</b>	Procedimento público de aquisição de bens, serviços e empreitadas de construção por ajuste directo	Aquisições sistemáticas ao mesmo fornecedor, favorecendo-o Violação dos princípios gerais da contratação pública Tráfico de influência Abuso de poder Corrupção passiva para acto ilícito Participação económica em negócio	Fraco	Código de Conduta Regulamentos de Execução Orçamental, de Delegação de Competências e de Procedimentos para Aquisição de Bens, Serviços e Empreitadas Procedimentos de controlo interno e externo; Ampla divulgação do regime de impedimentos Subscrição de declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos ou escusa Adopção de manual que defina tramitação dos processos

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Risco de corrupção ou infração conexa	Nível de Risco	Procedimento a adotar que previna a sua ocorrência
<b>Contratação Pública</b>	Procedimento de consulta prévia para a determinação de preço base	Passagem de informação privilegiada Corrupção passiva para acto ilícito ou lícito Tráfico de influência Participação económica em negócio	Fraco	Regulamentos de Execução Orçamental, de Delegação de Competências e de Procedimentos para Aquisição de Bens, Serviços e Empreitadas  Sempre que possível, determinação do preço base sem consulta e cruzamento posterior com abertura de procedimento
<b>Contratação Pública</b>	Intervenção em processo de contratação pública e júri de concursos	Intervenção em processo em situação de impedimento Corrupção passiva para acto ilícito Tráfico de influência Participação económica em negócio	Fraco	Código de Conduta  Regulamentos de Execução Orçamental, de Delegação de Competências e de Procedimentos para Aquisição de Bens, Serviços e Empreitadas  Ampla divulgação do regime de impedimentos  Subscrição de declaração de compromisso relativa a incompatibilidades, impedimentos ou escusa
<b>Contratação Pública</b>	Apresentação de documentos de habilitação	Validação de adjudicação perante a não apresentação, apresentação fora de prazo ou falsificação de documentos de habilitação Corrupção passiva para acto ilícito ou lícito Tráfico de influência	Fraco	Código de Conduta  Regulamentos de Execução Orçamental, de Delegação de Competências e de Procedimentos para Aquisição de Bens, Serviços e Empreitadas  Verificação periódica e aleatória de processos



Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Risco de corrupção ou infração conexa	Nível de Risco	Procedimento a adotar que previna a sua ocorrência
<b>Contratação Pública</b>	Trabalhos a mais no âmbito de empreitadas de obras públicas	<p>Execução de trabalhos sem prévia autorização</p> <p>Corrupção passiva para acto ilícito ou lícito</p> <p>Tráfico de influência</p> <p>Participação económica em negócio</p>	Fraco	<p>Código de Conduta</p> <p>Regulamentos de Execução Orçamental, de Delegação de Competências e de Procedimentos para Aquisição de Bens, Serviços e Empreitadas</p> <p>Verificação periódica e aleatória de processos</p> <p>Adopção de manual que defina tramitação dos processos</p>

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Risco de corrupção ou infração conexa	Nível de Risco	Procedimento a adotar que previna a sua ocorrência
<b>Faturação de Energia e Outros Serviços</b>	Faturação	<p>Não registo de serviço prestado ou sua anulação indevida de modo a eliminar a receita e o favorecimento de utente/cliente</p> <p>Não emissão ou anulação indevida de factura de modo a eliminar a receita e o favorecimento de utente/cliente</p> <p>Violação do princípio da prossecução do interesse público</p> <p>Abuso de poder</p> <p>Peculato</p>	Fraco	<p>Código de Conduta</p> <p>Reforço das medidas de controlo interno numa perspectiva de prevenção da corrupção e infracções conexas</p> <p>Informação e sensibilização dos colaboradores para as consequências da corrupção e infracções conexas</p>

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Risco de corrupção ou infração conexa	Nível de Risco	Procedimento a adotar que previna a sua ocorrência
<b>Faturação de Energia e Outros Serviços</b>	Emissão de recibos	<p>Não emissão ou anulação indevida de recibo de modo a eliminar a cobrança da receita, ficando o colaborador com o montante recebido</p> <p>Abuso de poder</p> <p>Peculato</p> <p>Peculato de uso</p>	Fraco	<p>Código de Conduta</p> <p>Reforço das medidas de controlo interno numa perspectiva de prevenção da corrupção e infracções conexas</p> <p>Informação e sensibilização dos colaboradores para as consequências da corrupção e infracções conexas</p> <p>Controlo e Gestão de Acessos</p> <p>Validação através da conciliação bancária</p>
<b>Faturação de Energia e Outros Serviços</b>	Juros de mora	<p>Não emissão ou anulação indevida de documento de débito por juros de mora vencidos</p> <p>Emissão de documento de débito por juros de mora vencidos por valor inferior ao devido</p> <p>Abuso de poder</p>	Fraco	<p>Código de Conduta</p> <p>Reforço das medidas de controlo interno numa perspectiva de prevenção da corrupção</p> <p>Controlo e Gestão de Acessos</p> <p>Cálculo e faturação automáticos</p>

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Risco de corrupção ou infração conexa	Nível de Risco	Procedimento a adotar que previna a sua ocorrência
<b>Faturação de Energia e Outros Serviços</b>	Conferência de valores	<p>Não recebimento do valor correspondente ao do recibo emitido</p> <p>Abuso de poder</p> <p>Entrega/depósito de valor não coincidente com o somatório dos documentos</p>	Fraco	<p>Código de Conduta</p> <p>Controlo e Gestão de Acessos</p> <p>Reforço das medidas de controlo interno numa perspectiva de prevenção da corrupção e infracções conexas</p> <p>Conferências de Caixas</p> <p>Conciliações bancárias</p>
<b>Faturação de Energia e Outros Serviços</b>	Falha/avaria do sistema informático	<p>Recebimento de valores sem emissão de documento de quitação pelo sistema informático</p> <p>Abuso de poder</p>	Fraco	<p>Código de Conduta</p> <p>Emissão de documento de quitação manual</p> <p>Reforço das medidas de controlo interno numa perspectiva de prevenção da corrupção e infracções conexas</p>

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Riscos Associados	Nível de Risco	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
<b>Gestão Administrativa</b>	Elaboração de Pareceres e Informações	Favorecimento das entidades visadas	Fraco	Código de Conduta  Intervenção dos Técnicos e do Responsável da Unidade Orgânica  Sujeição a aprovação pelo Órgão de Gestão
	Acompanhar e participar na atividade regulamentar da EDA e elaborar Pareceres e Informações no âmbito de aplicação dos regulamentos	Favorecimento das entidades visadas	Fraco	Código de Conduta  Intervenção dos Técnicos e do Responsável da Unidade Orgânica  Sujeição a aprovação pelo Órgão de Gestão Envolvimento de outras Unidades Orgânicas
	Análise e Parecer sobre projetos de diplomas legais e regulamentares e decisões regulatórias	Favorecimento das entidades visadas	Fraco	Código de Conduta  Intervenção dos Técnicos e do Responsável da Unidade Orgânica  Sujeição a aprovação pelo Órgão de Gestão Envolvimento de outras Unidades Orgânicas

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Riscos Associados	Nível de Risco	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
<b>Gestão Administrativa</b>	Instruir processos de contraordenações e propor medidas sancionatórias	<p>Tratamento discriminatório dos visados</p> <p>Desvalorização de indícios infracionais</p> <p>Favorecimento das entidades visadas</p>	Fraco	<p>Código de Conduta</p> <p>Intervenção dos Técnicos e do Responsável da Unidade Orgânica</p> <p>Sujeição a aprovação pelo Órgão de Gestão</p> <p>Envolvimento de outras Direções quanto a aspetos técnicos específicos</p> <p>Intervenção em Tribunal na qualidade de advogado, com sujeição aos deveres deontológicos previstos no respetivo Estatuto</p>

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Riscos Associados	Nível de Risco	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
<b>Gestão Administrativa</b>	Assegurar a representação em Tribunal	Tratamento discriminatório dos visados Desvalorização de indícios infracionais Favorecimento das entidades visadas	Fraco	Intervenção de Técnicos e do Diretor na inquirição de testemunhas  Envolvimento de outras Direções quanto a aspetos técnicos específicos  Intervenção em Tribunal na qualidade de advogado, com sujeição aos deveres deontológicos previstos no respetivo Estatuto  Sujeição à aprovação do Órgão de Gestão
	Apoio à preparação e acompanhamento das ações	Contemporização com práticas irregulares	Fraco	Participação de vários Técnicos  Envolvimento de outras Unidades Orgânicas  Sujeição à aprovação do Conselho de Administração
	Apoio à preparação e acompanhamento das ações	Favorecimento das entidades visadas	Fraco	Participação de vários Técnicos  Envolvimento de outras Unidades Orgânicas  Sujeição à aprovação do Conselho de Administração

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Riscos Associados	Nível de Risco	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
<b>Gestão Administrativa</b>	Gestão de inventário / economato	Aquisição, manipulação ou desvio de bens em inventário para proveito próprio ou para terceiros	Fraco	Código de Conduta Vários colaboradores com responsabilidade de validação de informação, controlo de inventários e autorização
		Inventário danificado e/ou não contabilizado	Fraco	Controlo e contabilização de inventários
	Gestão de correspondência	Manipulação e/ou omissão de informação relevante para o bom funcionamento das atividades	Fraco	Procedimentos internos definidos para a receção e encaminhamento de correspondência, bem como o seu registo e arquivo
		Violação da correspondência em troca da cedência de regalias e/ou benefícios	Fraco	Vários níveis de validação de informação
		Risco de acesso impróprio às informações pessoais / quebra de sigilo	Fraco	Código Geral da Proteção de Dados e DPO



Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Risco de corrupção ou infração conexa	Nível de Risco	Procedimento a adotar que previna a sua ocorrência
<b>Gestão Administrativa</b>	Utilização de bens imóveis	<p>Utilização indevida designadamente para fins privados</p> <p>Violação do princípio da prossecução do interesse público</p> <p>Abuso de poder</p> <p>Peculato</p> <p>Peculato de uso</p>	Fraco	<p>Código de Conduta</p> <p>Reforço das medidas de controlo interno numa perspectiva de prevenção da corrupção e infracções conexas</p> <p>Informação e sensibilização dos colaboradores para as consequências da corrupção e infracções conexas</p>

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Risco de corrupção ou infração conexa	Nível de Risco	Procedimento a adotar que previna a sua ocorrência
<b>Gestão Administrativa</b>	Utilização de bens móveis	Apropriação indevida Utilização indevida designadamente para fins privados Peculato Peculato de uso Abuso de poder	Fraco	Código de conduta Reforço das medidas de controlo interno numa perspectiva de prevenção da corrupção e infracções conexas  Informação e sensibilização dos colaboradores para as consequências da corrupção e infracções conexas
<b>Gestão Administrativa</b>	Transferência de bens	Transferência de bens sem a necessária comunicação e autorização Apropriação indevida Desaparecimento do bem Desactualização da ficha do bem Peculato Peculato de uso Abuso de poder	Fraco	Código de Conduta  Reforço das medidas de controlo interno numa perspectiva de prevenção da corrupção e infracções conexas  Conferências físicas periódicas e aleatórias

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Risco de corrupção ou infração conexa	Nível de Risco	Procedimento a adotar que previna a sua ocorrência
<b>Gestão Administrativa</b>	Aquisição de obras de arte	<p>Não registo da obra como património da empresa</p> <p>Peculato</p> <p>Peculato de uso</p> <p>Abuso de poder</p>	Fraco	<p>Código de Conduta</p> <p>Reforço das medidas de controlo interno numa perspectiva de prevenção da corrupção e infracções conexas</p> <p>Publicação das obras adquiridas.</p>
<b>Gestão Administrativa</b>	Ofertas aos trabalhadores	<p>Ofertas sem processo formal de aceitação</p> <p>Peculado</p>	Fraco	<p>Código de Conduta</p> <p>Reforço das medidas de controlo interno numa perspectiva de prevenção da corrupção e infracções conexas</p>

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Risco de corrupção ou infração conexa	Nível de Risco	Procedimento a adotar que previna a sua ocorrência
<b>Gestão Administrativa</b>	Cedências de equipamentos e/ou de outros bens móveis	Cedência de equipamentos e/ou de outros bens móveis por colaborador ou departamento sem essa competência  Prática de acto anulável, eventualmente causadora de utilização indevida do bem	Fraco	Código de Conduta  Reforço das medidas de controlo interno numa perspectiva de prevenção da corrupção e infracções conexas
<b>Gestão Administrativa</b>	Abates	Abate sem autorização  Utilização indevida, para fins privados, de bem abatido documentalmente e não alienado ou eliminado fisicamente  Proposta indevida de abate de bem móvel	Fraco	Código de Conduta  Reforço das medidas de controlo interno numa perspectiva de prevenção da corrupção e infracções conexas  Abates são autorizados pelo Órgão de Gestão

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Riscos Associados	Nível de Risco	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
<b>Gestão Financeira</b>	Planeamento Financeiro e Controlo Orçamental	Adulteração e/ou omissão de informação que condicione a representação, de forma verídica e transparente, da situação financeira	Fraco	Regulamento de Execução Orçamental Controlo periódico das despesas por Unidade Orgânica Prazos e procedimentos definidos pelo Órgão de Gestão e controlados pelo responsável da unidade orgânica
		Aceitação ilícita de benefícios e/ou favorecimentos em troca da cedência de vantagens e/ou benefícios imerecidos	Fraco	Controlo e aprovação pelo Órgão de Gestão Aprovação do Plano de Atividades e Orçamento pela Assembleia Geral
	Prestação de Contas	Adulteração e/ou omissão de informação que condicione a representação, de forma verídica e transparente, da situação financeira	Fraco	Publicação do Relatório de Atividades e Contas no site da empresa Auditoria e controlo trimestral das contas pelo Órgão de Fiscalização Vários níveis de validação de informação Controlo e aprovação pelo Órgão de Gestão e Assembleia Geral Parecer e certificação do Relatório de Gestão e Contas pelo Órgão de Fiscalização e Auditores Externos

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Riscos Associados	Nível de Risco	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
<b>Gestão Financeira</b>	Gestão Contabilística	Adulteração e/ou omissão de informação que condicione a representação, de forma verídica e transparente, da situação financeira	Fraco	Código de Conduta Gestão de Acessos Intervenção de pelo menos 2 grupos funcionais no processo: Técnicos e Gestão de Topo Vários níveis de validação de informação Segregação de funções entre o nível de processamento e de autorização
		Adulteração e/ou omissão de informação que condicione a representação, de forma verídica e transparente, da situação financeira	Fraco	Código de Conduta Gestão de Acessos Vários níveis de validação de informação e de autorização Segregação de funções entre o nível de processamento e de autorização
	Gestão de Tesouraria	Aceitação ilícita de benefícios e/ou favorecimentos em troca da cedência de vantagens e/ou benefícios imerecidos	Fraco	Conferência de contas com faturas de prestadores de serviços/fornecedores e reconciliações bancárias por vários colaboradores e pelo Órgão de Fiscalização.
		Autorizar/realizar despesas não autorizadas com numerário em caixa	Fraco	Autorização de despesas em vários níveis hierárquicos
		Desvio de dinheiros e valores	Fraco	Controlo do valor em caixa e acesso restrito apenas a colaboradores autorizados

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Riscos Associados	Nível de Risco	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
<b>Recursos Humanos</b>	Processo de recrutamento e seleção	Favorecimento ilícito na escolha dos recursos humanos a recrutar	Fraco	Código de Conduta Processo de recrutamento em várias fases Participação de diversos intervenientes no processo de recrutamento
		Divulgação de informação confidencial	Fraco	Receção de candidaturas através do site da EDA
		Critérios de recrutamento e seleção ambíguos	Fraco	Existência de um Regulamento de Recrutamento Controlo e aprovação final pelo Órgão de Gestão

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Riscos Associados	Nível de Risco	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
<b>Recursos Humanos</b>	Processo de Avaliação de Desempenho	Aproveitamento de benefícios ilegítimos em troca de vantagens ilícitas a colaboradores aquando da sua avaliação de desempenho	Fraco	Existência de um modelo de sistema de Avaliação de Desempenho disponível a todos os colaboradores  Critérios de avaliação e periodicidade bem definidos
		Adulteração de documentos e valores	Fraco	Intervenção de diferentes interlocutores no processo  Controlo e aprovação final pelo Órgão de Gestão
	Desenvolvimento e formação profissional dos recursos humanos da EDA	Favorecimento ilícito de formadores / entidades formadoras com o objetivo de retirar benefícios próprios ou para terceiros	Fraco	Elaboração de Plano Anual de Formação com base nas iniciativas propostas pelas diversas Unidades Orgânicas atendendo às necessidades internas  Controlo, acompanhamento e avaliação das ações de formação realizadas
		Falsificação de documentos / certificados de formação	Fraco	Controlo e aprovação final pelo Órgão Gestão



Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Riscos Associados	Nível de Risco	Mecanismos de prevenção e/ou mitigação
<b>Recursos Humanos</b>	Processamento de remunerações, abonos, descontos e processos individuais dos colaboradores	Aceitação de favores e/ou favorecimentos ilícitos em troca de vantagens indevidas a colaboradores na sua remuneração	Fraco	Código de Conduta Gestão de Acessos Regulamento Geral de Proteção de Dados
		Manipulação da informação de modo a facilitar o pagamento indevido de benefícios e compensações	Fraco	Controlo de entradas e saídas automático Intervenção de mais do que um interlocutor no âmbito do processamento de remunerações, abonos e descontos
		Risco de acesso impróprio às informações pessoais / quebra de sigilo	Fraco	Cruzamento de informação no preenchimento de dados Verificação periódica pelos responsáveis administrativo e financeiro, num período aleatório, do cumprimento dos procedimentos específicos para esta área, no âmbito do sistema de controlo interno
		Risco de falhas no registo da informação das bases de dados pessoais	Fraco	
	Gestão dos processos de estágios	Favorecimento ilícito na escolha dos estagiários Aceitação ilícita de benefícios e/ou favorecimentos em troca da cedência de vantagens e/ou benefícios imerecidos	Fraco	Intervenção de diferentes interlocutores no processo de seleção Aprovação pelo Órgão de Gestão

Área de Risco	Atividades desenvolvidas	Risco de corrupção ou infração conexa	Nível de Risco	Procedimento a adotar que previna a sua ocorrência
<b>Sistemas de Informação</b>	<p>Segurança dos Sistemas de Informação</p> <p>Gestão de programas e aplicações informáticas</p> <p>Identificação e Autenticação de usuários</p> <p>Autorização e controlo de acessos</p> <p>Registos de Auditoria nos programas e aplicações</p>	<p>Falhas de cumprimento de Procedimentos internos de segurança em benefício próprio ou de terceiros</p> <p>Uso indevido das bases de dados e informação em geral</p> <p>Corrupção passiva para acto ilícito</p> <p>Falhas dos gestores de segurança da informação em benefício do próprio e de terceiros</p>	Fraco	<p>Código de Conduta</p> <p>Gestão de Acessos</p> <p>Regulamento Geral de Proteção de Dados</p> <p>Reforço das medidas de controlo interno numa perspectiva de prevenção da corrupção e infracções conexas</p>

## **ANEXO II – CÓDIGO DE ÉTICA DO GRUPO EDA**



CÓDIGO DE ÉTICA

*“Nenhum acto humano é moralmente indiferente”*  
**José Ferrer-Bonsoms** Empresário

# ÍNDICE

<b>NOTA INTRODUTÓRIA</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO I</b> <b>DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO II</b> <b>AGENTES ENVOLVIDOS</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO III</b> <b>PRINCÍPIOS DE CONDUTA</b>	<b>7</b>

## NOTA INTRODUTÓRIA

A EDA desenvolve a sua actividade desde 1980, procurando melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado às populações e a sua rentabilidade. A criação do Grupo EDA em 2002 foi mais um passo da organização para responder às mudanças dos mercados e explorar novas oportunidades, que lhe têm permitido responder ao crescimento do consumo no arquipélago e diversificar a sua actividade.

Devido à dimensão e diversidade do Grupo, considera-se que neste momento é necessário criar um quadro de referência que ajude a clarificar as expectativas da organização em relação aos colaboradores e os princípios pelos quais o Grupo EDA se rege na relação com as diversas entidades com os quais interage. Cada colaborador é um embaixador da imagem do Grupo EDA. A boa conduta no desempenho das suas funções é factor de orgulho para toda a organização. O Código de Ética do Grupo EDA nasce para munir os colaboradores de uma ferramenta que ajude a garantir em todas as ocasiões uma conduta à altura da sua condição. O respeito pelas normas do citado documento, construído com o apoio de todos os seus Quadros, garante um futuro melhor para a empresa e para todos quantos beneficiam dos seus serviços.

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 1º**

##### **FINALIDADE**

Ética é o conjunto de valores e princípios que deve servir como referência às condutas singulares e coletivas. Procura promover o bem-estar, o respeito e a harmonia entre os homens.

A finalidade do Código de Ética do Grupo EDA é definir os princípios de conduta para a organização e para cada um dos seus colaboradores no desempenho das suas funções.

Os seus objectivos são preservar a imagem da empresa, fortalecer as relações internas e estabelecer regras que ajudem a gerir conflitos de interesse.

#### **Artigo 2º**

##### **ÂMBITO**

O Código de Ética do Grupo EDA apresenta regras de conduta directamente relacionadas com os valores fundamentais da sociedade. Estão subjacentes às normas legais, convencionais e regulamentares, aplicáveis à organização. Decorrem da Missão e dos seus Objectivos Estratégicos definidos pela Administração e Accionistas, configurando normas de conduta pessoal e profissional inquestionáveis.

As normas de conduta expressas neste documento aplicam-se a todos os Colaboradores do Grupo EDA.



## **CAPÍTULO II**

### **AGENTES ENVOLVIDOS**

#### **Artigo 3º**

##### **GRUPO EDA**

Grupo Económico sediado nos Açores cujo negócio nuclear é a produção, distribuição e comercialização de energia. Paralelamente também presta serviços de telecomunicações, sistemas de informação e manutenção eléctrica/mecânica.

#### **Artigo 4º**

##### **COLABORADORES**

Todas as pessoas que desenvolvem a sua actividade no Grupo EDA, pertencendo ao seu quadro permanente ou contratadas a prazo.

#### **Artigo 5º**

##### **CLIENTES**

Pessoas singulares ou colectivas a quem o Grupo EDA presta serviços ou fornece produtos.

#### **Artigo 6º**

##### **FORNECEDORES**

Pessoas singulares ou colectivas que prestam serviços ou fornecem produtos às empresas do Grupo EDA.

#### **Artigo 7º**

##### **COMUNIDADE**

Conjunto de pessoas ou representantes com quem o Grupo EDA interage em todas as vertentes da sua actividade. De forma objectiva: a população da Região Autónoma dos Açores.

#### **Artigo 8º**

##### **PROVEDOR**

A figura que zela pela boa aplicação do Código de Ética do Grupo EDA. Será uma pessoa ou entidade de mérito reconhecido e cuja idoneidade seja inquestionável. Ajudará também, a interpretar, implementar e actualizar o citado código junto das pessoas a quem se destina: os Colaboradores do Grupo EDA.

## **CAPÍTULO III**

### **PRINCÍPIOS DE CONDUTA**

#### **I. PRINCÍPIO GERAL**

##### **Artigo 9º**

##### **RESPEITO**

*A base das relações entre todos os intervenientes da nossa actividade*

Em todas as relações que se estabelecem no âmbito da actividade do Grupo EDA o respeito pelo próximo deve estar sempre presente.

Reconhecendo-se este valor como fundamental na organização é garantida a fluidez da comunicação e dos processos, factores que contribuem para o sucesso da actividade da empresa.

Deverá haver “tolerância zero” para os casos em que o respeito não se cumpra.

#### **2. PRINCÍPIOS DE CONDUTA DO GRUPO EDA PARA COM OS COLABORADORES**

##### **Artigo 10º**

##### **RECONHECIMENTO DO MÉRITO**

*Vamos ao encontro das expectativas geradas pelo esforço*

O Grupo EDA garante que através da avaliação ao desempenho dos seus colaboradores valorizará as boas práticas e promoverá o desenvolvimento das suas competências.

A justiça e o reconhecimento do Mérito deverão ser os principais motores para a gestão das Competências da equipa da EDA.

As decisões sobre os Colaboradores dependerão sempre de dados objectivos sobre o seu Mérito.

##### **Artigo 11º**

##### **EQUIDADE**

*O equilíbrio interno contribui para o sucesso externo*

A organização compromete-se a tratar todos os colaboradores de forma justa, respeitando as diferenças e distribuindo os seus Recursos (Humanos, Materiais, Técnicos e Financeiros) sem discriminação e de forma equilibrada, de acordo com os objectivos estratégicos definidos.

Nenhum fenómeno de discriminação se deverá revelar na relação entre os intervenientes.

#### **3. PRINCÍPIOS DE CONDUTA DO GRUPO EDA PARA COM OS SEUS CLIENTES**

##### **Artigo 12º**

##### **EFICIÊNCIA**

*Racionalizar para rentabilizar*

O Grupo EDA deverá garantir a plena satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, fazendo o melhor uso dos recursos disponíveis, tendo presente a qualidade por estes exigida e a segurança dos seus colaboradores.

Gerir bem os recursos da EDA para obter a máxima satisfação dos Clientes, garante a sustentabilidade e a força do Grupo.

**Artigo 13º**  
**DEVER DE INFORMAÇÃO**  
*Cliente informado é cliente fidelizado*

Os clientes do Grupo EDA deverão estar informados de forma transparente e objectiva, sobre o encaminhamento dos processos e prazos de execução que lhes digam respeito. Devem igualmente estar conhecedores sobre a prestação do serviço que recebem da EDA. Sempre que o justifique será designado um interlocutor dentro da organização. O Grupo EDA assegura aos seus Clientes a Informação que permitirá as melhores soluções e decisões com vista ao seu interesse.

**4. PRINCÍPIOS DE CONDUTA DO GRUPO EDA PARA COM OS SEUS FORNECEDORES**

**Artigo 14º**  
**IMPARCIALIDADE**  
*Todos os fornecedores do Grupo EDA têm as mesmas oportunidades*

Todas as relações com fornecedores deverão ser exclusivamente institucionais para garantir que o processo comercial de fornecimentos vai ao encontro dos melhores interesses do Grupo EDA. Deverá praticar-se “tolerância zero” para todas as relações estabelecidas à margem deste princípio.

**Artigo 15º**  
**OBJECTIVIDADE**  
*A clareza na contratação transmite rigor e garante qualidade*

O processo de selecção de fornecedores e respectivas matérias de fornecimento deverá ser caracterizado pela aplicação de critérios objectivos e ajustados às necessidades. Nenhum colaborador da EDA, nas suas relações com fornecedores, deverá participar numa situação em que o seu interesse pessoal entre em conflito com os interesses do Grupo EDA.

A clareza e transparência, em todos os actos com fornecedores, devem estar presentes e evidenciados.

**5. PRINCÍPIOS DE CONDUTA DO GRUPO EDA PARA COM A COMUNIDADE**

**Artigo 16º**  
**SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO**  
*O Grupo EDA é parte integrante da comunidade e respeita os seus valores*

O grupo EDA deverá criar condições para o seu desenvolvimento, preservando a riqueza patrimonial da comunidade e os interesses das populações.

O grupo EDA colaborará com as instituições competentes no que se refere a todas as iniciativas que visem a Salvaguarda do Património.

**Artigo 17º**  
**DESENVOLVIMENTO INTEGRADO**  
*É nosso dever contribuir para o crescimento sustentado dos Açores*

O Grupo EDA desenvolve a sua actividade com total respeito pela preservação do ambiente, procurando também contribuir para o crescimento sustentado da região em que se insere, nomeadamente:

- Fazendo uma adequada gestão dos resíduos produzidos;
- Tendo sempre em conta os critérios de impacto ambiental;
- Avaliando os riscos de forma sistemática;
- Dialogando com todos os agentes envolvidos, de forma interessada.

## **6. PRINCÍPIO DE CONDUTA DO GRUPO EDA PARA COM ENTIDADES REGULADORAS**

### **Artigo 18º**

#### **COLABORAÇÃO**

*O Grupo EDA é transparente em todas as suas relações*

As empresas do Grupo EDA devem prestar às entidades reguladoras e fiscalizadoras toda a colaboração ao seu alcance, facultando-lhes a informação solicitada e não adoptando qualquer comportamento que possa impedir o exercício das suas competências.

## **7. PRINCÍPIOS DE CONDUTA DOS COLABORADORES PARA COM O GRUPO EDA**

### **Artigo 19º**

#### **LEALDADE**

*O contributo de cada um de nós é indispensável para o sucesso da organização*

Todos os colaboradores deverão manifestar empenho, cooperação e integridade no desenvolvimento das suas actividades, pautando a sua actuação por uma relação franca e honesta com a organização.

Deverão estar atentos a todos os assuntos que poderão afectar a imagem, a reputação e a integridade do Grupo EDA.

Os colaboradores não deverão exercer actividades externas que colidam com os interesses do Grupo EDA ou interfiram com a normal capacidade do desempenho das suas funções.

### **Artigo 20º**

#### **COMPETÊNCIA**

*Estar à altura dos objectivos definidos*

Cada colaborador deverá desempenhar as funções com zelo e competência, contribuindo diariamente para a consecução dos objectivos estratégicos definidos pela organização. Deverá executar as suas tarefas de acordo com os requisitos estabelecidos, no tempo previsto, e com o nível de qualidade acordado. Deverá igualmente implicar-se na melhoria contínua dos processos.

## **8. PRINCÍPIOS DE CONDUTA DOS COLABORADORES PARA COM OS CLIENTES**

### **Artigo 21º**

#### **DILIGÊNCIA PROFISSIONAL**

O respeito dos clientes pela nossa actividade é fundamental e motivador.

Os colaboradores do Grupo EDA deverão ter sempre presente que o seu comportamento profissional é imagem da empresa. Devem, portanto, ser responsáveis, correctos e cordiais no desempenho das suas funções. Deverão respeitar a confidencialidade inerente ao negócio do Cliente e ter sempre presente que todos os actos têm impacto na imagem que o Cliente forma do Grupo EDA.

### **Artigo 22º**

#### **EFICÁCIA**

Cada um dos colaboradores do Grupo EDA, ao seu nível, deverá desempenhar a sua função de forma eficaz, indo ao encontro do desempenho esperado pelos clientes, garantindo a sua satisfação. Deverá demonstrar disponibilidade para acolher e responder às solicitações de Clientes respeitando em simultâneo os interesses da EDA.

## 9. PRINCÍPIOS DE CONDUTA DOS COLABORADORES PARA COM OS FORNECEDORES

### **Artigo 23º**

#### **SERIEDADE NEGOCIAL**

A transparência tem de estar presente em todos os processos negociais.

### **Artigo 24º**

#### **INTEGRIDADE**

Demonstração inequívoca da credibilidade do indivíduo

A integridade deverá ser uma característica reconhecida em todos os colaboradores do Grupo EDA.

Essa integridade garante confiança e fiabilidade nos processos negociais.

Deverá ser praticada a “tolerância zero” no que diz respeito a recebimento de valores ou favores, que possam ser interpretados como forma de influenciar ou pressionar as suas decisões ou acções.

Igualmente deverá ser aplicada “tolerância zero”, no que diz respeito à obtenção de vantagens sobre qualquer processo que, pela sua posição profissional, possam potenciar expectativas de situação de favorecimento ou privilégio.

## 10. PRINCÍPIOS DE CONDUTA DOS COLABORADORES PARA COM A COMUNIDADE

### **Artigo 25º**

#### **URBANIDADE**

*Somos parte integrante da comunidade e contribuimos para o seu bem-estar*

Os colaboradores da EDA deverão estar capacitados para assegurar um relacionamento acessível, disponível, facilitador, cordial e assertivo com a comunidade.

Deverão demonstrar proximidade com a comunidade, colaborando nas diversas áreas, nomeadamente, culturais, sociais e educativas.

### **Artigo 26º**

#### **COOPERAÇÃO**

*O bom desenvolvimento da nossa actividade depende também da boa relação com as populações*

O colaborador da EDA deverá procurar compatibilizar os interesses da organização com as preocupações das populações. Se tal não for possível de forma imediata o colaborador deverá apelar ao bom senso e não agir de forma irreflectida.

Deverá também contribuir, ao seu nível, para o desenvolvimento integrado da Comunidade em que se insere, reafirmando o papel de cidadania do Grupo EDA



---

CÓDIGO DE ÉTICA